



CONJUNTURA

Metas sociais III

A política macroeconômica brasileira tem sido extremamente bem-sucedida no controle da inflação. Uma parte não desprezível desse sucesso deve-se a uma atitude pragmática e focada em objetivos palpáveis. A adoção de metas inflacionárias desempenha hoje um papel fundamental nesse processo. Em primeiro lugar, coordenando a formulação de políticas públicas dentro do próprio estado. Em segundo lugar, sinalizando para a sociedade sobre as prioridades da ação governamental. Estes compromissos transmitem tranquilidade aos formadores de preços do lado real da economia e aos mercados financeiros. Os benefícios de um ambiente bem informado não devem ser subestimados. Entretanto, o sucesso macroeconômico que se desenha tem encontrado pouca ressonância entre os brasileiros. O cidadão comum, ao contrário dos mercados, se sensibiliza menos com déficits financeiros do que com o resgate da dívida social.

As maiores falhas observadas no campo social são a falta de mecanismos de diálogo. O embate entre governo e seus críticos tem se centrado, lado a lado, nos custos do desemprego *vis-à-vis* aos benefícios da estabilidade – Curva de Phillips –, impondo níveis de agregação e miopia inaceitáveis para a discussão social. A sugestão é que o governo empreste a credibilidade conquistada na proposição de metas inflacionárias à política social. O governo se imporia metas quanto à trajetória de longo prazo de indicadores sociais. Os diversos componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU gozam de credibilidade e de comparabilidade internacional. O objetivo final é conferir racionalidade ao debate social entre governo e sociedade, explicitando restrições orçamentárias e prioridades.

Marcelo Côrtes Neri – Instituto Brasileiro de Economia/FGV